

Virgílio denuncia compra de votos no Amazonas



Senador tucano, que não se reelegeu, acusa adversários

Paula Litaiff*

• MANAUS. O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB) denunciou suposto esquema de compra de votos na eleição para o Senado, da qual saiu derrotado. Virgílio acusou o ex-governador do estado Eduardo Braga (PMDB) de coordenar a distribuição de cartões magnéticos em valores que variam de R\$ 600 a R\$ 1,2 mil para cabos eleitorais fazerem captação ilícita de votos. Os eleitores, segundo Virgílio, recebiam R\$ 50 para votar em Braga ou na deputada federal Vanessa Grazziottin (PCdoB).

Braga foi eleito com 42,04% dos votos. Virgílio ficou em terceiro lugar com 21,95%, pouco atrás de Vanessa, com 22,83%.

Virgílio apresentou documentos e cartões de banco que teriam sido usados para a fraude. De acordo com o tucano, o Bradesco emitiu cartões em nome da empresa A.C Nadaf Neto Assessoria em Comércio Exterior, em favor de supostos cabos eleitorais de Braga e Vanessa, dois dias antes das eleições. O Bradesco não se manifestou.

Pela denúncia, cada beneficiário deveria comprar de 10 a 20 votos, no valor de R\$ 50 cada. O dinheiro seria depositado nas contas do Bradesco abertas em nome dos cabos eleitorais.

— Se o valor era de R\$ 600, o coordenador de campanha ficava com R\$ 100 e comprava dez votos. Se o valor era de R\$ 1.200, o coordenador ficava com R\$ 200 e comprava 20 votos — acusou Virgílio, afirmando que tomou conhecimento das denúncias pelos cabos eleitorais.

A denúncia foi protocolada ontem no Ministério Público Eleitoral. Seis pessoas prestaram depoimento e confirmaram que foram orientadas para comprar votos para Braga e Vanessa.

O coordenador da campanha de Braga e Vanessa, o servidor público licenciado Raul Zaidan, disse que os políticos usaram cartões do Bradesco para pagar 2.275 cabos eleitorais, num total acima de R\$ 6 milhões.

O processo de pagamento dos colaboradores, segundo o coordenador, foi feito com base numa recomendação do Ministério Público do Trabalho, e, segundo ele, o uso dos cartões foi informado ao TRE. ■